



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

## VIOÊNCIAS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: A INVISIBILIDADE DAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO NO CONTEXTO ESCOLAR

Anderléia Sotoriva Damke [1] UTFPR-SH, [anderdamke@gmail.com](mailto:anderdamke@gmail.com).  
Janaina Medeiros Francener [2] UTFPR-SH, [janamedeirosfrancener@hotmail.com](mailto:janamedeirosfrancener@hotmail.com).  
Guilherme Aparecido De Carvalho [3] UTFPR-SH, [guilherme\\_2640@hotmail.com](mailto:guilherme_2640@hotmail.com).  
Jeniffer Sabrina Machado [4] UTFPR-SH, [jeniffer@alunos.itfpr.edu.br](mailto:jeniffer@alunos.itfpr.edu.br).

Universidade Tecnológica Federal do Paraná/ UTFPR-SH, [anderleiadamke@utfpr.edu.br](mailto:anderleiadamke@utfpr.edu.br).

## VIOLENCES AND EDUCATIONAL POLICIES: THE INVISIBILITY OF COUNSELING ACTIONS IN THE SCHOOL CONTEXT

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir a ausência de ações de enfrentamento das violências a partir do projeto de extensão “Violências na Escola e Políticas Educacionais: impactos, intervenção e prevenção”, que discutiu a invisibilidade do enfrentamento das violências nas políticas educacionais e verificou o impacto dessa invisibilidade nas práticas pedagógicas com professores, direção e equipe pedagógica. A ação extensionista utilizou a abordagem qualitativa e como metodologia a pesquisa-ação com grupos de estudos e ciclo de palestras com profissionais da educação de uma escola pública com Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, da região Oeste do Paraná. Os relatos dos professores indicaram que a escola está desenvolvendo ações, mas que talvez, tais ações precisam ser institucionalizadas no âmbito escolar. Nessa direção, procuramos contribuir com os educadores para repensar em práticas que contribuam para que a escola seja um local em que direção, equipe pedagógica, professores, agentes educacionais e alunos sintam segurança, uma vez que partes das suas vidas são vivenciadas naquele ambiente. Vale ressaltar que no decorrer dos encontros, foram elencadas diretrizes com o objetivo de amenizar as expressões de violências, melhorando o processo de ensino e aprendizagem.

**Palavras – chave:** Violências, Escola, Políticas Educacionais, Práticas Pedagógicas.

### Abstract

The objective of this study is to reflect the absence of actions to deal with violence based on the project “Violence in School and Educational Policies: Impact, Intervention and Prevention, ”which discussed the invisibility of coping with violence in educational policies and verified the impact of this invisibility on pedagogical practices with teachers, direction and pedagogical team. The extensionist action used the qualitative approach and as a methodology the action research with groups of studies and cycle of lectures with professionals of the education of a public school with



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

Primary Education of 6<sup>o</sup> to 9th year, of the region of the West of Paraná. The teachers' reports indicated that the school is carrying out actions, but that perhaps such actions need to be institutionalized in the school context. In this direction, we seek to contribute with educators to rethink practices that contribute to the school being a place where direction, pedagogical staff, teachers, educational agents and students feel safe, since parts of their lives are experienced in that environment. It is worth mentioning that in the course of the meetings, guidelines were listed with the aim of mitigating expressions of violence, improving the teaching and learning process.

**Key words:** Violence, School, Educational Policies, Pedagogical Practices.

## Introdução

Nas últimas décadas, mais precisamente a partir de 1980, ocorreram as primeiras pesquisas referentes à violência no ambiente escolar. As situações de violências têm se destacado nesse cenário chamando a atenção da comunidade escolar (gestores, professores, pais e alunos) pelas várias formas que têm se apresentado nas instituições de ensino da Educação Básica. As discussões na literatura educacional apontam uma diversidade de correntes teóricas sobre as várias violências que ocorrem nesse espaço. Isso sinaliza para o fato de que essa discussão não é específica em escolas brasileiras e, apesar de existirem pesquisas nessa área, compreendemos que as características que a violência assume ao longo da vida escolar dos alunos deveriam ser analisadas e trabalhadas na formação inicial e continuada de professores.

Entendemos que esse fenômeno é um tema recorrente, e as próprias produções já existentes, como, por exemplo: Charlot (2002), Schilling (2010) Eyng (2013; 2014), Spósito (1998) e Abramovay (2003) caracterizam o aumento das violências e a própria evolução das suas formas. Mas, por outro lado, o tema deixa de ser recorrente quando pensamos a violência ao longo da trajetória subjetiva da vida do aluno na Educação Básica. Nesse caso, no processo de aprendizagem e, assim, nas suas relações de convivência entre os pares, ou, ainda, deixa de ser recorrente quando pensamos a invisibilidade dessas discussões nas políticas educacionais, para a direção da escola, professores e equipe pedagógica.

A realização do projeto de pesquisa e do projeto de extensão “Violências na Escola e Políticas Educacionais: impactos, intervenção e prevenção”, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná nos fez repensar e indagar sobre como estas questões estão sendo discutidas. Será que há visibilidade das discussões sobre violências no cenário das políticas educacionais? As iniciativas frente às violências estão visíveis para os protagonistas, dentre eles, a direção, a equipe pedagógica e os



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

professores da escola que fará parte da pesquisa? Quais ações a escola desenvolve em relação ao enfrentamento das violências? Nessa direção, destacamos o intuito de minimizar as situações de violências que desgastam as relações de convivência entre alunos, ou ainda com todos os protagonistas daquele ambiente.

Nesse contexto, o objetivo desse artigo é refletir a ausência de ações de enfrentamento das violências a partir do projeto de extensão “Violências na Escola e Políticas Educacionais: impactos, intervenção e prevenção”. Assim, o projeto de extensão trabalhou a invisibilidade das violências nas políticas educacionais e verificou o impacto dessa invisibilidade nas práticas pedagógicas dos professores do Ensino Fundamental de uma Escola Estadual situada na região Oeste do Paraná.

É importante mencionar que o projeto de extensão é resultado de ações já realizadas no projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) que envolveu as “Violências e Convivências na Escola: Reflexões e Enfrentamentos”, realizado nessa mesma instituição pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Violência e Indisciplina (GEPEVI). O objetivo da pesquisa foi investigar as formas de violências na escola, as violências existentes, presenciadas, praticadas e a interferência dessas expressões no processo de aprendizagem por meio da percepção de 128 alunos dos 6ºs anos.

Nesse contexto, a pesquisa PIBIC-EM sinalizou, por meio de um questionário respondido pelos alunos; os lugares, as formas e como ocorria a violência na instituição. E, assim foi desenvolvido o projeto que resultou na ação extensionista que exigiu importantes ações e diretrizes realizadas a partir das formações dos grupos de estudos com os professores, direção e equipe pedagógica participantes do projeto.

Dessa forma, apresentamos a invisibilidade do enfrentamento das violências nas políticas educacionais e realizamos uma análise do conceito e compreensão das expressões de violências. E na sequência, redesenhamos a pesquisa com a metodologia por meio da análise e discussão dos relatos das práticas dos professores, direção, equipe pedagógica sobre as expressões de violências, que foram desveladas durante a ação extensionista.

Buscamos, na perspectiva da Teoria histórico-cultural, o respaldo para afirmar que, ao falar das ações de enfrentamento dos profissionais da educação, também é necessário abordar a violência a partir da compreensão dos alunos, uma vez que nos constituímos nas relações sociais, nas experiências com o grupo com o qual interagimos. Nesse caso, todos os envolvidos no cotidiano escolar. Como afirma Molon (2011) as experiências constituem os sujeitos, uma vez que são sociais e influenciam nas relações de convivências, como ocorre com as situações de violências que



perpassam as relações entre alunos para as relações com todos os profissionais envolvidos naquele contexto.

## **A Invisibilidade do Enfrentamento das Violências nas Políticas Educacionais**

As violências ferem o direito à educação dos alunos, uma vez que a escola deixa de ser um ambiente seguro. E como discute Schilling (2010) as várias formas de violências implicam vários protagonistas e implicam várias formas de ocorrências, como a violência física, psicológica, emocional e, simbólica. A autora ainda reflete que essas configurações fazem vítimas coletivas, afetando a todos os envolvidos.

Ao considerar as pesquisas referentes às violências e políticas educacionais, entendemos que a literatura educacional carece de mais estudos, uma vez que não basta abordar questões relacionadas à estatística dessas violências, mas é preciso estudar, analisar e propor ações que possam minimizar tais situações, que permeiam as relações entre os sujeitos no espaço institucional, o que contribui para a construção de ações reais e efetivas em relação ao enfrentamento das violências.

Assim, ao abordar as políticas educacionais no contexto do enfrentamento das violências precisamos compreender essas áreas e nos situar nelas. Nessa direção, nos reportamos ao autor Saviani (2008) ao compreender que o contexto das políticas educacionais implica as decisões que o Poder Público, nesse caso, o Estado, assume em relação à educação. Nesse caso, é preciso direcionar atenção às questões referentes às violências no contexto das políticas educacionais, por meio de seus planos, suas iniciativas e decisões, as quais trazem consequências para a educação e, conseqüentemente, para as escolas.

Destacamos a invisibilidade, por entendermos que, as políticas educacionais contemplam algumas iniciativas, como ocorre com relação às políticas públicas implementadas pelo Ministério da Educação com o projeto “Escola que Protege”, considerado uma política eficiente no enfrentamento da violência, que passa pelo envolvimento de diversos e estratégicos atores sociais, entre eles, a comunidade escolar (BRASIL, 2008).

Nessa direção, a violência deixa de ser recorrente, uma vez que os programas e as iniciativas presentes nas políticas educacionais, às vezes, podem não ser visíveis para a escola (direção, equipe pedagógica e professores). Nesse contexto, a escola é considerada por Azevedo (2004) como um ambiente em que deve haver a implementação dos programas de ação, pois é nesse *in locus* que se efetivam as ações da política educacional.



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

Convém mencionar que os documentos pesquisados, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96, focam os direitos humanos. O Plano Nacional de Educação (2014-2024) discute a partir das situações de discriminação, preconceito e políticas de combate às várias configurações de violências, e o Plano Estadual de Educação aborda a formação continuada dos profissionais de educação e políticas de prevenção e enfrentamento, criando a rede proteção e afirma a proteção dos direitos humanos.

Na perspectiva de Ball (2001), os mercados e sistemas de competição exigem que as escolas adotem posturas de acordo com interesses da demanda mercantilista e assumam preocupações e posturas que exigem novas configurações, ou seja, novas formas de compreender a educação. Nesse caso, para o autor, o mercado educacional constrói novas identidades e instiga a individualidade e a competição, o que implica abolir do ambiente escolar a reflexão e o diálogo sobre os valores, tolerância e respeito nas relações de convivência.

## Conhecendo as Violências

A escola constitui um manancial de produções de saberes, como também de violências que permeiam as relações de convivência e que geram aprendizagem sobre as próprias condições de vulnerabilidade dos alunos ao vivenciarem violências que perpassam da esfera social para o individual, interferindo de forma negativa na constituição das relações de convivência e na sua trajetória escolar. Dentre as violências, destacamos a pesquisa francesa do sociólogo Charlot (2002) que caracteriza a violência *na* escola como aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar, é apenas o lugar da ocorrência da violência que poderia ter ocorrido em qualquer outro local.

Já a violência *à* escola, segundo Charlot (2002) está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam danos à instituição, batem ou insultam os professores ou os insultam, eles se entregam às violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência *da* escola: uma violência institucional e simbólica, que os alunos suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam, por exemplo na organização das salas, na avaliação classificatória, nas palavras desdenhosas dos adultos e das atitudes consideradas pelos alunos como injustas ou ainda racistas.

Concordamos com Charlot (2002, p.437) ao defender a necessidade da distinção entre as violências uma vez que; “se a escola é largamente (mas não totalmente) impotente face à violência



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

na escola, ela dispõe (ainda) de margens de ação face à violência à escola e da escola”. O autor também faz distinção quanto aos termos que causam confusões em relação às formas de enfrentamento das violências, transgressão e incivildades.

Conforme Charlot (2002) o termo violência compreende o uso da força ou ameaças como lesões, tráfico de drogas na escola, insultos graves. Já a transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno da instituição, que não é ilegal diante da lei como a não-realização de trabalhos escolares, a falta de respeito. E, a incivildade não contradiz a lei e o regimento da instituição, apenas as regras da boa convivência: empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataques cotidianos ao direito do aluno, do professor e do funcionário (CHARLOT, 2002).

No contexto desta pesquisa, encontramos várias formas de violências e a percepção de que o ambiente escolar não é seguro, com relação às situações que alunos e professores presenciam como gritos, brigas, ameaças, bem como o sentimento de medo e tristeza que os abalam, prejudicando o ensino e a aprendizagem. Na compreensão de Charlot (2002, p. 439) “[...] os incidentes violentos se produzem sobre um fundo de tensão social e escolar forte; em tal situação, uma simples faísca que sobrevenha (um conflito, às vezes menor), provoca a explosão (o ato violento)”. Em consonância com o autor, entendemos que é necessário compreender essas tensões, que podem iniciar com a falta de respeito, desencadeando, assim, práticas excessivas de violências entre os pares ou ainda com todos que frequentam aquele ambiente (direção, equipe pedagógica, professores, agentes educacionais).

Nessa direção de análise, Eyng (2014) defende que:

As vozes dos diferentes sujeitos, captadas nas pesquisas, manifestam indícios de violação de direitos ao assinalarem um forte anseio por um direito fundamental, aparentemente inerente às relações humanas e, em especial, na convivência nas escolas: o respeito (EYNG, p. 07, 2014).

As pesquisas realizadas no Observatório da PUCPR sinalizam a necessidade de compreender os aspectos que influenciam na forma de como a violência se configura e se manifesta nos ambientes escolares. Nesse cenário, a falta de respeito desencadeia parte das violências entre os alunos e seus pares, perpassando a violência *na* escola e *da* escola, uma vez que a violência psicológica, emocional e física pode tornar-se uma violência institucional, quando a escola se omite diante das situações que surgem.

Nesse contexto, convém mencionar os estudos de Rodrigues et al. (2002) que a partir de um projeto de pesquisa e extensão sobre turmas de progressão (com alunos) no Estado do Rio Grande do Sul, discutiram cultura e violência na tessitura das relações pedagógicas e disciplinares e afirmaram a importância das discussões nas questões culturais, nos valores da população estudantil e nas



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

dificuldades de práticas pedagógicas voltadas para o enfrentamento dessas questões. Além disso, as autoras discutiram o movimento de mutabilidade e transitoriedade de valores, hábitos e condutas que desencadeiam ausência de valores sociais agregadores, o que gera um vazio que vem sendo preenchido pelo uso da violência ao utilizar a força em detrimento da autoridade.

Considerando as questões já abordadas sobre violências, nos reportamos a Spósito (2001) que considera a violência como uma ação que implica a ruptura de um nexos social pelo uso expressivo da força. Nesse momento, destaca a autora, é que se rompe com a possibilidade de uma relação social que ocorre por meio do diálogo. Assim, o próprio conhecimento determina várias compreensões, pois a demarcação entre o reconhecimento ou não da prática de violência é definida pelos próprios sujeitos, em diferentes condições históricas e culturais.

Ao mencionar as questões de violências, ressaltamos as pesquisas de Szymanski e Alves (2009), ao sinalizarem que:

A partir dos anos 90 as pesquisas apontam mudanças no padrão da violência observada nas escolas públicas. Além dos atos tradicionais de vandalismo, percebe-se o aumento das agressões interpessoais, sobretudo, entre o público estudantil. As agressões verbais são as mais frequentes, inclusive a professores. O fenômeno é tão visível que sindicatos de professores incorporaram a defesa da integridade física e moral dos docentes em suas pautas de reivindicações. (SZYMANSKI; ALVES, 2009, p. 7977).

As autoras defendem que os professores necessitam de uma fundamentação teórica e pedagógica para agir diante das situações vivenciadas no cotidiano escolar. Szymanski e Alves (2009) reiteram que as violências não são novidades nesses ambientes, entretanto as mudanças que essas expressões sofreram requerem, sim, estudos e compreensão a partir de um aporte teórico e não apenas de receituários.

## **A trajetória da Pesquisa: Relatos das Experiências**

A abordagem trabalhada foi a qualitativa a partir do aporte teórico de Chizzotti (2005) o qual sinaliza que essa pesquisa surge da necessidade de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa. E como metodologia foi utilizada a pesquisa-ação, que não explora uma realidade abstrata nem idealizada, mas trabalha com situações concretas, buscando não se deixar influenciar por pensamentos que remetem a ausência de soluções, uma vez que na realidade as soluções podem se constituir (JESUS e VIEIRA, 2015).



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

A graduação dos pesquisados compreende História, Pedagogia, Matemática, Geografia, Letras, Artes, Filosofia, Biologia e a experiência no magistério varia de 05 anos a 30 anos. A ação extensionista ocorreu em uma escola pública da região Oeste do Paraná, com Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano, com 571 alunos e 58 profissionais da educação que compreende professores, direção equipe pedagógica e agentes educacionais. Destes, 35 profissionais da educação participaram de encontros quinzenais em forma de Grupo de Discussões e ciclo de palestras, cuja abordagem surge de acordo com os anseios sobre violências, políticas educacionais e práticas pedagógicas. Tais encontros ocorreram durante 4 meses no segundo semestre de 2016.

Convém mencionar que o ciclo de palestras abrangeu os temas: “As tecnologias de multimídias e as violências em sala de aula”; “Formação pedagógica e a necessidade da cidadania: implicações, ensino e aprendizagem”; “Diálogos entre a neurociência e a educação”; “O cotidiano escolar e as violências: uma relação complexa e desafiante na prática dos profissionais da educação”; e “Sujeitos da educação; apostas e resistências”

Nessa direção, concordamos com Molon (1999) ao afirmar que:

[...] Vygotsky defendia a revisão permanente de teorias e práticas, acreditando que as relações sociais impõem novas formas de mediação, dependentes da cultura em que estão inseridas, implicando a necessidade da compreensão de mecanismos e processos diferentes que constituem o sujeito em um momento determinado e em uma determinada cultura (MOLON, 1999, p. 95).

A cultura escolar requer olhares atentos dos envolvidos para a sua cultura, uma vez que a escola, ao mesmo tempo que produz uma cultura, também reproduz a cultura da sociedade em que está inserida. É nesse cenário que, por meio das interações, os professores, direção e equipe pedagógica compartilham ideias, sentimentos, expectativas e suas formas de interpretar os acontecimentos que surgem no cotidiano, sobretudo com as violências.

Os encontros com os profissionais envolveram leituras, relatos de situações do cotidiano, discussões a partir do aporte teórico estudado e, assim, refletiam sobre ações que poderiam ser realizadas para amenizar as expressões de violências vivenciadas naquele ambiente. Ou ainda, como nos relatou uma professora com oito anos de magistério, participante do projeto; “ Percebo que as ações acabam sendo isoladas, cada professor está tentando algo para enfrentar a violência. [...] é preciso uma ação que oriente os alunos a se comprometerem com a sua turma, com os colegas e, assim, com a aprendizagem”.

Nessa direção, pensando no enfrentamento das situações de violências e pensando nas relações que nos constituem, é que nos reportamos a Rojas et al. (2004) ao argumentarem que a apropriação do conhecimento e o saber docente expressam o objetivo de formar e informar,



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

retomando, assim, a constituição do professor como sujeito concreto nas relações, que estabelece, por meio da dialética, a apropriação e a objetivação.

Dessa forma, os momentos de discussão a partir do aporte teórico, fez o Grupo de Discussões perceber a importância de estudar as expressões de violências e trouxe à tona a demanda de pensar o enfrentamento a partir de orientações coletivas, uma vez que as expressões de violências iniciavam com a falta de respeito entre os pares, conforme análise das pesquisas já realizadas com os 6ºs anos.

Convém mencionar as pesquisas de Eying (2013) sobre a necessidade de uma atenção permanente em relação à existência das violências nas escolas, por meio de diagnósticos que ajudem a compreender as singularidades das dinâmicas relativas aos sujeitos em cada contexto, possibilitando assim as estratégias de intervenção. Eying (2013, p. 250) ainda defende que: “[...] o desconhecimento, a invisibilidade ou negação geram a inação, o que poderá agravar a violação de direitos no espaço escolar”.

Os relatos dos profissionais participantes da pesquisa indicaram a necessidade de ações da escola como um todo e não só do professor de forma isolada, como estava ocorrendo. Ações essas que envolviam todos os alunos como constatamos no relato da professora com doze anos de magistério; [...] é necessário tornar visível, discutindo as violências que ocorrem em sala de aula, penso que não é só um problema meu, ou da minha turma.

Nessa direção, Molon (2011, p.619) afirma que: “O sujeito e o social são mutuamente constituídos e reciprocamente constituintes, e o processo de significação envolve e condensa todas as suas manifestações, expressões, sentimentos e emoções [...]”. Assim, os relatos antes restritos à equipe pedagógica, agora tinham interlocutores que pensavam em diretrizes e ações de forma coletiva para amenizar as expressões de violências.

Nesse sentido, destacamos as discussões promovidas pelo Grupo ao elencarem situações que desencadeavam as expressões de violências entre os alunos. Ressaltamos que, de acordo com a Teoria histórico-cultural, nos constituímos na relação com o outro e, ainda, reconhecemo-nos nessa relação. Por isso, a necessidade da interação e da atenção às questões já postas que desencadeiam as violências naquele ambiente.

O grupo percebeu a importância das falas dos colegas profissionais, uma vez que o professor com oito anos de magistério destacou que “[...] a escola comporta as turmas de três escolas municipais que formam os 5ºs anos, o que sobrecarrega três bairros em uma única escola estadual, o que aglomera várias culturas e sistemas diferentes em uma única escola”. Além disso, complementa a professora com quinze anos de magistério [...] os alunos estranham a organização da escola, pois



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

esses alunos são formados pela rede municipal de ensino, com menos professores por disciplina e menos colegas. Assim, seria importante trabalhar a ambientação com os 6ºs anos. Tais falas tiveram repercussão positiva no grupo.

A formação trabalhada com os professores ajudou a lidar com as situações de violências que ocorrem naquele contexto contribuindo assim com as relações de convivência na instituição. Ao final da pesquisa, os participantes elencaram diretrizes com o objetivo de amenizar as expressões de violência melhorando o processo de ensino e aprendizagem.

Convém mencionar que Rojas et al. (2004) defendem que o professor, ao se apropriar do conhecimento que permeia as várias situações de aprendizagem nas relações estabelecidas socialmente, desencadeia um saber pela prática que não é historicamente acumulado, mas reelaborado a partir das atividades exercidas. Nessa perspectiva, o grupo conseguiu fazer o movimento de reelaborar sua prática, por meio do conhecimento alicerçado e fundamentado no aporte da Teoria histórico-cultural.

## Considerações Finais

Convém mencionar que as violências compreendem um problema de grande parte das escolas brasileiras, por isso, a importância da sua visibilidade no contexto das políticas educacionais, principalmente nas formações de professores em relação às iniciativas de seu enfrentamento. Nesse sentido, destacamos que o projeto de extensão: “Violências nas escolas e Políticas Educacionais: Impactos, intervenção e prevenção” trabalhou com os professores a realidade na qual a instituição está inserida, evitando a generalização e as soluções prontas.

Consideramos importante pensar o enfrentamento a partir de orientações coletivas, de diretrizes a respeito das violências e as implicações dessas expressões no processo de aprendizagem. Os relatos sinalizaram que a escola está desenvolvendo ações, mas que talvez, tais ações precisam ser institucionalizadas no âmbito escolar. E ainda, compreendemos a partir dos relatos dos participantes que a instituição procura tornar o ambiente mais agradável e harmonioso, propício para o desenvolvimento da aprendizagem e das relações de convivência.

Compreendemos que a violência faz parte das escolas brasileiras, por isso a importância das políticas públicas em relação às iniciativas para amenizar os conflitos dentro da escola, cujo objetivo pode ser buscar o equilíbrio a partir das características individuais dos alunos e da realidade na qual a instituição está inserida, evitando a generalização e as soluções prontas.



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

Nessa direção, procuramos contribuir com os profissionais para repensar em práticas que contribuam para que a escola seja um local em que direção, equipe pedagógica, professores, agentes educacionais e alunos sintam segurança, uma vez que parte das suas vidas são vivenciadas naquele ambiente. E, sendo assim, subsidiar o planejamento de ações educativas direcionadas para minimizar tais manifestações de violência e contribuir na intervenção e prevenção desse fenômeno.

## Referências

ABRAMOVAY, M. **Violência nas escolas**: versão resumida. Brasília: Unesco Brasil, Rede Pitágoras, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2003, p.88.

AZEVEDO, J.L. **A Educação como política pública**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2.ed.

BRASIL. Lei Federal n.º 9.394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** LDB. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 05 de out. 2015.

CHARLOT, B. **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, v. ano 4, n. jul-dez, p. 432-442, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 7ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

EYNG, A.M. Direitos humanos e violência nas escolas: desafios do trabalho em rede. **Revista Portuguesa de Educação**. vol. 2, n.2, p. 245-266, 2013. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3255>. Acesso em: 22 de jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Políticas educacionais e convivência no ambiente escolar: faces da diversidade e da padronização. **Revista Diversidades**, v. 44, p. 06-12, 2014. Disponível em: [http://www02.madeiraedu.pt/Portals/5/documentos/PublicacoesDRE/Revista\\_Diversidades/Diversidades44.pdf](http://www02.madeiraedu.pt/Portals/5/documentos/PublicacoesDRE/Revista_Diversidades/Diversidades44.pdf). Acesso em: 22 de jul. 2015.

JESUS, D.M. de; VIEIRA, A.B. EFFGEN, A. P. S.. **Pesquisa-ação colaborativo-crítica**: em busca de uma epistemologia. *Educ. Real.* [online]. 2014, vol.39, n.3, p. 771-788. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000300008>. Acesso 10 de jun. de 2015.

MOLON, S. I. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em Estudo**, Maringá v. 16, n.4, p. 613-622, out./dez. 2011.

MOLON, S. I. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. São Paulo: EDUC, 1999.



# VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS  
VI SEMINÁRIO DO PIBID  
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18  
FORTALEZA - CE

RODRIGUES, M. C.; XAVIER, M.L.M.; VHICKMANN, R.I. Cultura e Violências na Tessitura das Relações Pedagógicas e Disciplinares. In: XAVIER, M.L.M. (Org.) **Disciplina na Escola: enfrentamentos e reflexões**. Porto Alegre. Mediação, 2002. p. 37-52.

ROJAS, J. S.; STRINGUETTA, L.; URT, S.C. Educação, psicologia e prática docente: um caminho da produção coletiva em pesquisa. **Revista Intermeio**, Campo Grande, v.10.n.20, p. 16-29, 2004

SCHILLING, F. Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (Org.). **Enfrentamento à violência nas escolas**. Curitiba: SEED/PR. 2010.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 24, p. 7-16, 2008.

SZYMANSKI, M.L.S.; ALVES, M.F. Enfrentamento à Violência: Uma alternativa para a Prevenção do Fenômeno Bullying. In: **Anais do IX Congresso Nacional de Educação e III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia: EDUCERE**. Curitiba: Editora Champagnat, 2009, v.1., p.7975-7986

SPÓSITO, M. P. A instituição escolar e a violência. São Paulo. Caderno de Pesquisa: **Revista de estudos e Pesquisa em Educação**, n.104, p. 58-75, 1998.

